

FOLHA DE S. PAULO 04 ABR 2019

Marcelo Nobre

# Partido da Lava Jato tem passado como um trator sobre a Constituição

Advogado que integrou o CNJ lança alerta sobre o direito de defesa e afirma estar preocupado com o futuro da democracia

“

Sou a favor da Lava Jato, desde que tudo seja feita dentro da Constituição. A Lava Jato poderia ter feito muitas das coisas que fez dentro da Constituição. Só que a verdade é que ela tem passado como um trator sobre a Constituição, sobre o direito de defesa

ENTREVISTA

Rogério Gentile

SÃO PAULO O advogado Marcelo Nobre, 51, que integrou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), afirma estar muito preocupado com o futuro da democracia no Brasil.

“A Lava Jato tem passado como um trator sobre a Constituição e sobre o direito de defesa”, diz. “Se as instituições ficarem submissas a essas pessoas que se acham acima da lei, a gente acaba com a democracia no país.”

“

Criminalizaram a política e estão tentando criminalizar o Judiciário e a advocacia. [...] O que estão buscando? Temos de tomar muito cuidado. Tem de haver uma frente para defender a democracia

Nobre é filho do político, advogado e jornalista Freitas Nobre (1921-1990), conhecido por sua luta pela redemocratização do país. Costumava jogar bolinha de gude nos tapetes da Câmara dos Deputados enquanto seu pai discutia o país na tribuna.

CONTINUA

O advogado afirma que juizes e procuradores têm atuado politicamente, que o “partido da Lava Jato” está em aliança circunstancial com o governo Bolsonaro e que a sociedade brasileira parou de pensar.

“É natural que uma pessoa, ao ser acusada, seja automaticamente condenada?”, pergunta o advogado, que não tem clientes na Lava Jato.

Nobre, que atuou na defesa de Eduardo Cunha no processo de cassação na Câmara, diz que é preciso haver um contraponto ao que o procurador Deltan Dallagnol e o ministro Sergio Moro falam. “Eles acham que existem heróis.”

Os princípios fundamentais do Estado de Direito têm sido atropelados? Há muitas formas de se acabar com a democracia. Antigamente, a democracia era atacada pela força. Hoje o ataque se dá pela pela desconstrução das instituições. Juizes de primeira instância estão esculachando o Judiciário. E isso afronta a democracia.

Como assim? Todo mundo quer ver corrupto preso. Mas numa democracia você precisa de um processo justo e de uma defesa plena. Como ter defesa plena, se as sentenças já estão prontas, se a decisão já está tomada previamente?

Isso tem acontecido? Sim. Outra questão inadmissível são essas prisões. O ato de se prender alguém virou um ato de vontade, não de direito. Prende-se para quê hoje no país? Alguns já assumiram que prendem porque o passarinho preso canta [numa referência às delações].

E a prisão do Temer? Voltamos para a arena romana. A prisão do Temer, como a de tantos outros, se enquadra nessa questão de decisão como um ato de vontade, e não como um ato de direito. Quais foram os motivos para a prisão do Temer?

Evitar a destruição de provas e garantir a ordem... São discursos que pegaram no direito para tentar fazer com que a decisão tenha validade. No fundo, foi um ato de vontade, e não de direito. Se estivéssemos numa normalidade, o que aconteceria? Temer seria intimado a depor. Ele tem residência fixa. Não sei nem se apresentou sua defesa. O que aconteceu é inadmissível na democracia. É preciso usar fuzil para prender uma pessoa que não é violenta? Que está apenas na fase inicial do processo. Um ex-presidente?

A Lava Jato atua politicamente? Os grandes homens públicos do passado não fizeram sucessores, e a política passou a ser feita no Brasil, de um modo geral, por pessoas não vocacionadas, sem habilidade e sem conteúdo.

A política passou a ser desacreditada. Os jovens que gostariam de ir para a política ficaram desorientados. Então, estudaram, prestaram concursos públicos e entraram na Polícia Federal, no Ministério Público e na magistratura. E foram fazer política lá! Mas fazer política nesses cargos é complicado.

O sr. reconhece importância histórica na Lava Jato? Completamente. Sou a favor da Lava Jato, desde que tudo seja feito dentro da Constituição. A Lava Jato poderia ter feito muitas das coisas que fez dentro da Constituição. Só que a verdade é que ela tem passado como um trator sobre a Constituição, sobre o direito de defesa.

Em quais situações? Várias, muitas nem vieram a público. Falemos de um ato específico do Moro, o da gravação da presidente [Dilma]. Você pode não gostar dela, pode odiá-la. Mas o que não se pode é admitir que uma autoridade judicial descumpra a lei. Seja lá o objetivo que for.

Ele gravou a presidente, divulgou os áudios e, depois, chamado pelo relator do processo no STF, pediu desculpas. E tudo ficou por isso mesmo. A sociedade tem comprado essas situações sem perceber que, numa democracia, todo mundo tem de estar abaixo da lei. Não apenas os políticos. Juizes e promotores também.

O sr. falou em arena romana. Os acusados estão sendo jogados na arena para os leões. E a sociedade, no coliseu, dá like e dislike, decide se o acusado vive ou morre. O maior exemplo é o André Esteves, do BTG. Foi preso por um ato de vontade, não de direito. Quase faliu. O processo passou por todas as instâncias e todo mundo disse ok. Até que chegou para o Gilmar Mendes [STF], que percebeu a situação e teve a coragem de soltá-lo. Gilmar foi achincalhado. E estava certo! Tanto que Esteves foi absolvido depois na primeira instância.

O Judiciário está refém do like e do dislike? Sim, a sociedade brasileira parou de pensar. É natural que uma pessoa, ao ser acusada, seja automaticamente condenada? A acusação nunca erra? As pessoas tomam um partido sem avaliar todos os lados. Conheço um magistrado que vinha decidindo questões da Lava Jato de forma a preservar a Constituição. Passou a sofrer críticas por conta do seu posicionamento e teve problema pessoais. Acabou refluindo.

O Ministério Público tem... O [procurador] Deltan Dallagnol diz que o Supremo vai julgar um processo assim e assado. Diz que, se o STF julgar assim, acaba com a Lava Jato. E a sociedade e parte da imprensa compram sua ideia... Se o STF decide diferente do que ele pensa, passa a ser malhado e achincalhado.

## CONTINUA

04 ABR 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Um outro procurador [Diogo Castor] disse recentemente que o STF preparava um golpe à Lava Jato. Querer jogar a sociedade contra o STF é uma irresponsabilidade. O que ele está testando? O que ele está querendo? Se as instituições ficarem submissas, a democracia acaba. O Conselho Nacional do Ministério Público deveria se debruçar sobre a atitude de alguns membros do Ministério Público. A lei é para todos.

Quando o sr. diz que procuradores e juízes atuam politicamente, o partido deles é o da Lava Jato ou o do governo? O partido da Lava Jato e o partido do governo estão numa simbiose. Tem membro do partido da Lava Jato no governo. E o partido da Lava Jato foi buscar um fundo partidário.

É uma aliança circunstancial? Sim, circunstancial. Tem coisas que precisam ser ditas. Neste governo, apoiado pelo partido da Lava Jato, a negociação política foi substituída pela intimidação.

E onde pode parar isso? No final da democracia. Se as instituições ficarem submissas a essas pessoas que se acham acima da lei, a gente acaba com a democracia.

Não é um exagero falar em risco para a democracia? Criminalizaram a política e estão tentando criminalizar o Judiciário e a advocacia. Em termos institucionais, o que estão tentando? O que estão buscando? Temos de tomar muito cuidado. Tem de haver uma frente ampla para defender a democracia. Tem de haver um contraponto ao que o Deltan e o Moro falam. A sociedade precisa parar de comprar essas ideias e olhar para o todo. Estou muito receoso.

O Moro quer chegar aonde? Acho que está numa dúvida enorme entre ser ministro do STF ou presidente da República. Vamos falar um pouco sobre ele. Há um conflito enorme entre o Moro juiz e o Moro ministro. Passei grande parte da vida como filho único, mandando. O playstation era só dele. Como ministro, ganhou um irmão. Agora tem de dialogar e convencer as pessoas de que o seu projeto é o melhor para o país. Não pode ordenar. Não é assim que se faz política com "P" maiúsculo. Negociar não significa fazer coisa errada.

A fama subiu à cabeça dos membros da Lava Jato? Não tenho dúvida nenhuma. Subiu à cabeça. Gostam da notoriedade. Mas não existem heróis. Somos seres falíveis. Heróis existem nos quadrinhos e nos filmes. Mas eles acham que existem heróis.

CONTINUA



**Marcelo  
Nobre, 51**

Advogado formado pela Faculdade de Direito da FMU e tem pós-graduação em direito societário pela FGV. Foi membro do Conselho Nacional de Justiça de 2008 a 2012. Atuou na defesa de Eduardo Cunha no processo de cassação e não tem clientes na Lava Jato

04 ABR 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## Barroso arquiva caso de juiz que tentou soltar Lula

Mônica Bergamo

SÃO PAULO O ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal) arquivou o processo contra o juiz federal Rogério Favreto, do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), que mandou soltar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em julho do ano passado.

A Procuradoria-Geral da República pediu investigação contra Favreto, a quem acusa de agir por interesse pessoal ao conceder habeas corpus para soltar Lula.

O ex-presidente está preso em Curitiba desde abril de 2018, condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A decisão de Favreto, que estava como plantonista em um domingo, foi revertida pelo presidente do TRF-4, Thompson Flores.

Em sua decisão, Barroso afirma que Favreto estava no "exercício da jurisdição quando deferiu o pedido de liminar" e agiu nos limites de suas atribuições de maneira fundamentada.

O ministro diz que é "pouco provável a tese de ação entre impetrantes do habeas corpus e o desembargador". Ele argumenta que "independentemente de se discordar ou não da decisão, ela não pode ser qualificada como inconsistente, artificial ou inverídica como afirma o Ministério Público".

Para o advogado Pierpaolo Bottini, "punir o desembargador implicaria inadmissível censura a liberdade de decidir".

## MÔNICA BERGAMO

**DEBATE** O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, dialoga internamente com os colegas sobre a conveniência de se adiar o julgamento da prisão depois de condenação em segunda instância, previsto para o dia 10 de abril.

**POR FAVOR** A OAB pediu o adiamento, alegando que a nova diretoria da entidade precisa de mais tempo para estudar a matéria.

**CASA CMEIA** O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT) dará posse a 100 juízes substitutos nesta sexta (5). O número chamou a atenção por conta da queda de reclamações trabalhistas. A solenidade ocorrerá em evento no Memorial da América Latina, em São Paulo.

**BURACO** O TRT afirma que a nomeação foi determinada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. "A despeito da redução na propositura de novas ações, a defasagem no número de magistrados é histórica". Eles dizem ainda que o número de novas ações voltou a aumentar.

## PAINEL

**MEU VEREDITO** O presidente do Supremo, Dias Toffoli, deve formalizar nesta quinta (4) a decisão de adiar o julgamento de ação sobre a prisão após condenação em segunda instância. A pessoas próximas, indicou que não vai estabelecer, já, nova data para levar o caso ao plenário.

**FORA DESSA** O relator do caso é o ministro Marco Aurélio Mello, que decidiu não comparecer à sessão solene na qual entidades divulgaram manifesto em defesa do STF. Ele disse que o tribunal não precisava de desagravo e que não havia sido convidado.

**PEDRA NO CAMINHO** Integran-tes do STJ avaliam que só depois de a corte julgar recurso do ex-presidente Lula contra a condenação no caso do Triplex é que o Supremo vai debater novamente a prisão em segunda instância. Até lá, avaliam, o debate ficará fulanizado.

**SEM PERDÃO** A família de Lula estuda entrar na Justiça contra o Hospital Bartira, de Santo André, pelo vazamento ilegal do diagnóstico de que Arthur, o neto do ex-presidente de sete anos, havia morrido de meningite. A causa da morte estava errada, como a Folha mostrou nesta terça (2).

04 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

# Procuradores defendem lista na escolha da PGR para fortalecer instituição

Temor é que Bolsonaro escolha para o cargo alguém fora da relação dos três mais votados; presidentes respeitam listagem desde 2003

Reynaldo Turollo Jr. e  
Mario Cesar Carvalho

BRASÍLIA E SÃO PAULO Sob ataque dos que buscam chegar ao cargo de procurador-geral da República sem disputar eleições, o modo da escolha do cargo, por meio de uma lista tríplex, tornou-se um consenso entre os pré-candidatos.

Esse sistema de votação e de escolha é defendido como uma forma de barrar procuradores que representem visões extremas dentro da categoria e, ao mesmo tempo, evitar que o presidente da República escolha alguém que não foi votado pelos seus pares, mas está alinhado com o seu governo para evitar questionamentos ao Executivo.

Se a votação não for respeitada, dizem pré-candidatos ao cargo hoje ocupado por Raquel Dodge, a própria instituição sairia enfraquecida porque o cargo pode perder a sua essência: o papel de fiscalizar o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

O temor de que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) não escolha o procurador-geral dentro da lista decorre da falta de formalização desse método.

Resultado de uma votação organizada pela ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), a lista tríplex não está inscrita em nenhuma lei, mas faz parte de um processo que todos os

presidentes da República respeitam desde 2003. Bolsonaro, porém, não se comprometeu a seguir essa tradição.

Cinco pré-candidatos se reuniram nesta quarta-feira (3) na associação dos procuradores em Brasília para definir o calendário eleitoral e a formação da lista para a sucessão da atual chefe da Procuradoria Geral da República — o mandato termina em setembro.

Nenhum representante de Dodge participou do encontro, o que foi interpretado como uma dupla possibilidade: ou ela está tão desgastada com a categoria que não cogita influenciar no processo ou ela planeja ter um candidato fora da lista.

Procurada, Dodge não se manifestou. Para um aliado, ela sempre fez campanha sozinha e não enviaria um representante. Estiveram na reunião os procuradores Vladimir Aras, Nicolao Dino, Mário Bonsaglia, Lauro Pinto Cardoso e Blal Dalloul.

A eleição interna no órgão está prevista para 18 de junho. As candidaturas deverão ser inscritas de 6 a 15 de maio e serão abertas a todos os procuradores, independentemente do nível em que estejam na carreira.

Também ficou definido que haverá seis debates entre os candidatos em diferentes estados durante o período de campanha, a exemplo do último pleito, realizado em 2017.

A lista é composta pelos três candidatos mais votados entre os procuradores da República e é encaminhada ao presidente da República, a quem cabe escolher um nome. A efetivação do indicado depende do aval do Senado.

Pelas regras, Dodge pode ser reconduzida ao cargo pelo presidente mesmo sem participar da eleição interna, mas não há precedentes.

Adversários avaliam que a procuradora-geral teria dificuldades para figurar entre os três mais votados.

Recentemente, Dodge ingressou no Supremo Tribunal Federal com uma ação contrária a uma fundação que teria um patrimônio de R\$ 2,5 bilhões e seria criada pela força-tarefa da Lava Jato com dinheiro de multas da Petrobras.

Após o pedido, o ministro Alexandre de Moraes suspendeu a criação do fundo.

A atitude de Dodge foi considerada desastrosa e desleal pelos procuradores por duas razões. Dois partidos, o PT e o PDT, já haviam anunciado que iriam contestar a fundação da Lava Jato no Supremo, o que possibilitaria à PGR obter o mesmo resultado sem expor a força-tarefa a uma situação considerada vexaminosa.

O modo como Dodge atacou o fundo foi visto como uma forma de agradar políticos que criticam a Lava Jato.

**CONTINUA**

Para piorar a situação, ela se calou quando o ministro Gilmar Mendes, do Supremo, chamou os procuradores da Lava Jato de Curitiba de “gentalha” e “cretinos”.

Entre os pré-candidatos, Aras, Dino, Cardoso e Blal são vistos como ligados ao grupo do ex-procurador-geral Rodrigo Janot. Dino foi o mais votado na última lista tríplice, em 2017, mas foi preterido pelo então presidente Michel Temer (MDB), que indicou Dodge para o cargo. Irmão do governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B) e próximo às posições do PT, Dino fez críticas sutis à atuação da Lava Jato na disputa.

Aras agrupa jovens procuradores que ascenderam no Ministério Público na gestão de Janot e é um defensor aguerrido da Lava Jato. Ele cuidou de uma área que foi essencial para o sucesso da Lava Jato: a de cooperação internacional, que obteve provas em países como Suíça e China.

Cardoso e Blal foram secretários-gerais da PGR durante os dois mandatos de Janot.

Bonsaglia figurou entre os mais votados nas duas últimas listas tríplices (em 2015 e 2017). Ele é apontado internamente como um candidato sem ligações com as correntes mais fortes dos procuradores.

Outros cotados, na visão de colegas, são o presidente da ANPR, José Robalinho, e o membro da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba Januário Paludo — que, no final do ano, demonstrou interesse de ser promovido de procurador regional para subprocurador-geral, o topo da carreira.

Robalinho fez um ato de apoio à força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, após os ataques que os procuradores sofreram do ministro Gilmar Mendes e da própria Dodge.

O suporte foi visto como uma espécie de lançamento da pré-candidatura dele à PGR.

No último dia 26, a Folha revelou que o chefe do Ministério Público Militar, Jaime de Cássio Miranda, iniciou um movimento junto a Bolsonaro e senadores para a escolha do próximo procurador-geral.

“Todos os membros da ativa de todos os ramos do Ministério Público da União [o que inclui o Militar] deveriam ser chamados a participar do processo de formação da lista tríplice para a nomeação do chefe do MPU, a fim de amenizar a deficiência de representatividade”, escreveu Miranda em ofício.

Para a ANPR, porém, só membros do Ministério Público Federal podem ser procuradores-gerais. Um dos principais argumentos para sustentar essa visão está na lei complementar 75/93, que trata da organização do Ministério Público da União (MPU).

Além do Ministério Público Federal, o MPU engloba os ramos Militar, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios. Segundo o artigo 43 dessa lei, “são órgãos do Ministério Público Federal: o Procurador-Geral da República, [...] os Subprocuradores-Gerais da República, os Procuradores Regionais da República, os Procuradores da República”.

## COTADOS

**Raquel Dodge**  
Atual procuradora-geral

**Januário Paludo** Membro da Lava Jato no Paraná

**Nicolao Dino**  
Ligado ao ex-procurador-geral Rodrigo Janot

**Lauro Pinto Cardoso**  
Foi secretário-geral na gestão de Janot

**Blal Dalloul**  
Foi secretário-geral na gestão de Janot

**Vladimir Aras**  
Tem o apoio dos procuradores jovens

**Mario Bonsaglia**  
Figurou na última lista tríplice

**José Robalinho**  
Presidente da ANPR

CONTINUA

04 ABR 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### Como costuma acontecer a eleição para o PGR

- A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) faz uma eleição a cada dois anos
- Estão aptos a votar cerca de 1.300 procuradores
- As regras e o calendário são definidos a cada edição, mas tradicionalmente pode se candidatar qualquer procurador do Ministério Público Federal. Cada eleitor pode votar em mais de um nome
- Os três candidatos mais votados compõem uma lista triíplice que é enviada ao presidente da República, ao qual cabe indicar um nome para o cargo. Não há lei que obrigue o presidente a aderir à lista, mas essa tem sido a tradição desde 2003
- O escolhido precisa ser aprovado em sabatina do Senado. O mandato é de dois anos

#### O que faz o procurador-geral

É o chefe do MPF e representa a instituição junto ao STF e ao STJ. Também tem atribuições administrativas ligadas a outras esferas do Ministério Público da União (que inclui ainda Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)

04 ABR 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### A imagem da PM

Um país que se quer civilizado não pode aceitar a cifra de 5.159 mortos pelas mãos da polícia, como ocorreu no Brasil em 2017. Apenas quatro anos antes, a letalidade policial havia vitimado menos da metade disso, 2.112 pessoas.

A violência estatal, portanto, recrudescer. Não é descabido, ademais, o temor de que a situação possa deteriorar-se com o avanço de teses caras ao bolsonarismo como a perigosa ampliação do conceito de legítima defesa.

Verdade que foram abatidos no país, no ano retrasado, 367 agentes (ante 490 em 2012), um patamar também inaceitável. A desproporção com o outro número, entretanto, é patente e sintomática.

Em 2018, contaram-se no estado de São Paulo 851 mortos pela polícia e 60 policiais assassinados. Uma quantidade enorme, mas aquém da que se observou no Rio de Janeiro, com população 62% menor e quase o dobro de vítimas de forças de segurança (1.534 em 2018).

Eis aí um sinal sugestivo de que a PM paulista segue trajetória diversa da fluminense, cuja letalidade avançou durante os meses de intervenção federal. Em São Paulo, espera-se agora que a violência excessiva de alguns profissionais termine contida ainda mais por uma providência simples: câmeras como parte do uniforme.

Não se conte com uma panaceia, por certo. Os dispositivos destinados a incrementar a transparência durante operações policiais serão incorporados como procedimento da tropa de maneira paulatina, começando por não mais de 4 batalhões na capital e 2 no interior (são 52 só na Grande São Paulo).

Além disso, agentes mal intencionados podem desligar o equipamento quando praticarem abusos — já se conhecem casos de profissionais que retiram da farda a faixa com sua identificação.

Mas serão a exceção à regra, dado que a maioria terá interesse de ver documentada as ações legítimas e não raro corajosas que têm de praticar na defesa dos cidadãos.

A primeira fase envolve investimento de R\$ 5 milhões, valor baixo diante do orçamento anual de R\$ 16 bilhões da corporação. É desejável que, após análise do experimento inicial, câmeras passem a compor o fardamento de todos os PMs nas ruas — sobretudo naquelas unidades, como a Rota, mais associadas com a letalidade.

Ninguém duvida de que compete ao policial reagir com violência proporcional à agressão de criminosos, no intuito de proteger a própria vida, as de companheiros e as de civis. O registro de imagens permitirá destacar melhor os que o fazem em obediência às leis.

04 ABR 2019

## FOLHA DE S. PAULO

# Adolescente de 17 anos é morta com coleira de cão pelo namorado em MS

Silvia Frias

**CAMPO GRANDE** Desde segunda (1º), o corpo de Jheniffer Cáceres de Oliveira, 17, está no Imol (Instituto Médico e Odontológico Legal) de Campo Grande à espera de quem o reclame. A adolescente foi morta na madrugada de sábado (30) pelo namorado, que a asfixiou usando uma coleira.

Nenhum parente foi encontrado para liberar e sepultar o corpo da adolescente. Jheniffer morava em Sidrolândia (a 70 km da capital), trabalhava como babá e vivia há um ano e quatro meses com o auxiliar de serralheria Paulo Eduardo dos Santos, 18. Ele foi preso e confessou o crime.

A delegada-adjunta da Polícia Civil da cidade, Thaís Duarte Miranda, afirmou que o corpo só foi encontrado na segunda, quando vizinhos ligaram para Polícia Militar reclamando do mau cheiro.

A equipe encontrou o corpo enrolado em um cobertor. O primeiro suspeito apontado por vizinhos foi o namorado.

Ele foi encontrado pela PM poucas horas depois. Em depoimento, Santos alegou legítima defesa. Contou que os dois discutiram na sexta (29), em um bar, porque ele não gostou da saia que Jheniffer usava e como ela dançava.

Já em casa, Santos disse que foi ameaçado por Jheniffer, que teria avançado em sua direção com um cabo de vassoura e uma faca. "Primeiro, ele foi com as mãos no pescoço dela, tentou esganá-la, depois usou fio de celular, que arrebentou; achou uma coleira de cachorro e a asfixiou", disse a delegada.

O rapaz não tem passagem pela polícia e será indiciado por homicídio doloso, qualificado por feminicídio, emprego de meio cruel e motivo torpe, e ocultação de cadáver.

Santos já teve prisão preventiva decretada. A reportagem não conseguiu contato com seu defensor público.

Caso nenhum parente seja encontrado, o município deve arcar com o sepultamento da adolescente.

04 ABR 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## Ex-vereador Orlando Bonilha tenta reverter pena para o semiaberto

Vitor Struck  
Reportagem Local

Condenado no ano passado pelo Tribunal de Justiça do Paraná a cinco anos de prisão no regime semiaberto em um dos processos que respondia por dividir salário com um servidor em cargo comissionado, o ex-vereador e ex-presidente da Câmara Municipal de Londrina Orlando Bonilha teve a unificação das penas determinada pelo juiz da Vara de Execuções Penais de Londrina, Katsujo Nakadomari. Desde 2008 o ex-vereador respondia a vários processos pelo cometimento do crime de concussão, que é quando o agente público busca obter vantagens por meio do cargo que ocupa.

Nakadomari determinou o cumprimento de 20 anos, seis meses e 16 dias em regime fechado no final de janeiro deste ano. No entanto, a defesa de Bonilha afirma que a somatória das penas resultaria em 15 anos, dois meses e 13 dias, e pede que as sentenças sejam cumpridas no regime semiaberto, de modo que o ex-vereador possa conviver com a família no "no período noturno em sua casa, horários a serem determinados; ao cumprimento de tarefas comunitárias nos finais de semana, e,

*Ex-parlamentar foi condenado a 20 anos de prisão por série de processos quando atuava na Câmara*

também, ao uso de tornozeleira eletrônica", pede o advogado Ronaldo Neves.

O ex-vereador é pai de trigêmeos que atualmente têm dois anos e nove meses de idade.

Após a condenação no TJ, o juiz Délcio Miranda da Rocha, da 2ª Vara Criminal de Londrina, determinou o cumprimento imediato da pena, mas Bonilha não foi encontrado pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado) nos endereços informados à Justiça. O Ministério Público o considera foragido, condição negada pela defesa de Bonilha.

### HÁ 11 ANOS

O caso do ex-vereador veio à tona após denúncia do MP do Paraná e resultou na cassação do mandato do vereador em 2008 e na perda dos direitos políticos no ano seguinte. Ele foi o primeiro vereador da história da Câmara de Londrina a ter o mandato cassado. De acordo com o Ministério Público, Bonilha

exigia parte do salário do então controlador do Legislativo, Márcio de Mello Piornedo, que repassava cerca de R\$ 2 mil dos R\$ 5,8 mil que recebia mensalmente. Piornedo havia sido nomeado por Bonilha ao cargo e também era réu no mesmo processo. Os repasses aconteceram entre março de 2006 e dezembro de 2007. À época Orlando Bonilha ficou conhecido por ter dito que não era a "única batata pobre" da Câmara Municipal de Londrina.

04 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA

# Justiça nega pedido de medida protetiva de Cardoso contra Boca Aberta

Magistrado alegou que não é de competência da Justiça em primeiro grau analisar pedido envolvendo parlamentar com foro

Guilherme Marconi  
e Larrisa Ayumi Sato  
*Reportagem Local*

O juiz Luiz Eduardo Asperti Nardi, do 5º Juizado Especial Criminal de Londrina, negou nessa quarta-feira (3) pedido feito pelo vereador Amauri Cardoso (PSDB) para que o deputado federal Emerson Petriv (Pros), o Boca Aberta, seja proibido de chegar perto dele. A medida cautelar pedia a distância mínima de 500 metros, bem como proibição de frequentar os mesmos lugares, sob pena de decretação de prisão preventiva e indiciamento pela prática do crime de desobediência prevista no artigo 330 do Código Penal (Desobedecer a ordem legal de funcionário público).

Entretanto, o magistrado declarou incompetência da Justiça em primeiro grau em analisar o pedido. Isso porque o deputado, por prerrogativa da função, está sob o guarda-chuva do foro privilegiado. “Manifestaram-se o requerido e novamente o Ministério Público, apontando para a competência do STF para

análise do pedido, pois se trata de pedido de medida cautelar diversa da prisão preventiva, sob a alegação de prática de crimes pelo requerido, que é deputado federal”, escreveu Nardi.

No último dia 23, houve uma briga envolvendo Cardoso e Boca Aberta. Após várias ofensas verbais do deputado, o vereador atingiu Boca Aberta com um soco no rosto. Petriv teve uma fratura em nariz, e foi submetido a uma cirurgia na terça-feira (2). Boca Aberta sustenta que a agressão ocorreu enquanto defendia interesses do povo. Já Cardoso afirma que reagiu em legítima defesa.

À **FOLHA**, Boca Aberta lamentou o fato do juiz encaminhar o processo para o Supremo. “Seria um alívio para mim ficar longe do agressor. Muito triste porque estarei desprotegido na cidade. Seria uma garantia para mim” disse. Após a Justiça Federal negar o pedido de prisão contra Cardoso, Boca Aberta disse que entrou com uma ação de indenização e danos morais contra o vereador por meio da Procuradoria da Câmara Federal na

qual pede ainda ressarcimento pelas despesas médicas. Ele afirmou ainda que se recupera bem da cirurgia e retoma as atividades parlamentares na próxima segunda-feira (8).

O advogado Marcos Prochet, que defende o vereador tucano, discorda da interpretação do juiz que remeteu ao STF o pedido de cautelar. “Ele não estava na conferência em condição de deputado, não fez cadastro como autoridade”, argumentou. Prochet diz que aguarda decisão do Supremo para definir qual recurso irá adotar para garantir o distanciamento. “Em 2018, o STF restringiu o foro privilegiado, porém a restrição é para supostos crimes cometidos em decorrência da função. Ao sair na rua para insultar o vereador, o deputado não exercia a função de parlamentar”, questionou.

04 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA

# Sem Dodge, pré-candidatos à sucessão falam em fortalecer lista tríplice

Reynaldo Turolo Jr.

Folhapress

Brasília - Pré-candidatos a procurador-geral da República afirmaram, nesta quarta-feira (3), que há consenso entre eles de que os membros do Ministério Público Federal devem buscar unidade para fortalecer a lista tríplice contra eventuais ataques -internos e externos. A lista, organizada pela ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), não é prevista em lei, mas é considerada uma tradição na instituição.

Os eventuais ataques à lista tríplice podem ser, na visão de parte dos procuradores, a tentativa de postulantes ao cargo "correrem por fora", sem participar da eleição, a tentativa de outros ramos do Ministério Público, como o Militar, entrarem na disputa, e a não observância dos nomes pelo presidente, Jair Bolsonaro (PSL).

Cinco pré-candidatos se reuniram nesta quarta na ANPR para definir o calendário eleitoral e a formação da lista tríplice para a sucessão da atual chefe da PGR, Raquel Dodge, cujo mandato termina em setembro. Nenhum representante dela participou.

Estiveram na reunião os procuradores Vladimir Aras, Nicolao Dino, Mário Bonsaglia, Lauro Pinto Cardoso e Blal Dalloul. A eleição interna

no órgão está prevista para 18 de junho. A lista é composta pelos três candidatos mais votados entre os procuradores da República em todo o país e é encaminhada ao presidente da República, a quem cabe escolher um nome. A efetivação do indicado depende do aval do Senado. Desde 2003, os presidentes da República têm seguido a lista. Bolsonaro não se comprometeu a segui-la.

Pelas regras, Dodge pode ser reconduzida ao cargo pelo presidente mesmo sem participar da eleição interna, mas não há precedentes. Adversários dizem avaliar que, hoje, a procuradora-geral teria dificuldades para figurar entre os três mais votados. Recentemente, Dodge moveu uma ação contrária a uma fundação bilionária que seria criada pela força-tarefa da Lava Jato com dinheiro de multas da Petrobras, o que gerou duras críticas de procuradores e da ANPR.

Aras, Dino, Cardoso e Blal são vistos como ligados grupo do ex-procurador-geral Rodrigo Janot. Dino foi o mais votado na última lista tríplice, em 2017, mas Michel Temer (MDB) indicou Dodge para o cargo. Aras agrupa jovens procuradores e é um defensor aguerrido da Lava Jato. Bonsaglia figurou entre os mais votados nas duas últimas listas tríplices (em 2015 e 2017). Ele é apontado internamente como um outsider.

04 ABR 2019

## FOLHA DE LONDRINA

### LUIZ GÉRALDO MAZZA

#### **As ações não param**

Mesmo bloqueadas por decisões da instância superior, há um fato excepcional a destacar na atuação do Ministério Público estadual e da justiça nas ações em andamento: não estamos mais na dependência externa para o julgamento de um governo estadual, como sempre aconteceu.

Documentam o feito a prisão do ex-governador (agora acusado também de obstrução) e o recente acerto da Ouro Verde Locação e Serviço no acordo de R\$ 33 milhões com o Ministério Público, decorrência da operação Rádio Patrulha na licitação fraudulenta, aquela que culminou na primeira prisão de Beto Richa.

Deveria ser assim, mas não é. O normal é a Lava Jato, força externa porque da Justiça Federal, dar as cartas aqui, no Rio (agora insistindo na prisão de Michel Temer e Moreira Franco), em São Paulo (às voltas com as transas tucanas expressas na prisão de Paulo Preto) e Brasília. É inimaginável figuras de proa da política nacional – Renan Calheiros, Sarney, Collor – sofrerem constrangimentos judiciais em seus feudos.

Mais uma das deformações do nosso federalismo. É apropriado lembrar a analogia que Rui Cirne Lima, mestre em Teoria Geral do Estado, fez entre federalismo e feudalismo na alusão aos níveis de competência regional. Espera-se que o episódio da terra não seja transitório e embora à parte do impacto da Lava Jato está definido em múltiplas atuações tanto do Gaeco quanto do Gepatria, braços do nosso Ministério Público.

04 ABR 2019

## FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

### Prisão privilegiada de Lula já custa R\$3,6 milhões

A poucos dias de completar um ano cumprindo pena em uma sala da Polícia Federal em Curitiba, com direito a TV e banho quente como nenhum outro presidiário, Luiz Inácio Lula da Silva já custou mais de R\$3,6 milhões ao cofres públicos. O custo da "hospedagem" chega a R\$10 mil ao dia, como estimou a própria PF já no ano passado. Lula custa ao mês 125 vezes a mais que qualquer outro detento no Brasil.

### Ninguém merece

O custo do presidiário Lula, de R\$3,6 milhões, representa bem mais que a média de recursos destinados a obras em penitenciárias.

### Detento muito especial

A ampliação da Penitenciária de Alfenas (MG) recebeu R\$ 3,4 milhões e está inacabada, segundo o Ministério da Justiça. Lula já custou mais.

### Fora a corrupção

Se ficar na situação que se encontra pela duração de toda sua pena de 12 anos e 1 mês os custos de Lula preso serão de R\$ 44,1 milhões.

04 ABR 2019

## FOLHA DE LONDRINA

TEMER PEDE A LIBERAÇÃO DE 111 MIL MÊNSAIS PARA DESPESAS



- Alô, juiz Bretas? Libera aí, é para o cafezinho...

04 ABR 2019

O ESTADO DE S. PAULO

MICHEL TEMER

# O Estado Democrático de Direito

**O** Brasil tem dificuldade para conviver com a democracia. Historicamente, períodos de-

mocráticos e autoritários se alternam. Por formação e convicção, sempre trabalhei por ela. Na advocacia, na Procuradoria, no ensino universitário, nas secretarias de Estado, nos livros publicados e na Assembleia Constituinte, minha pregação sempre foi a mesma: o sistema jurídico democrático deve ser rigorosamente cumprido.

No escrito deu certo. A Constituição federal de 1988 rotulou o nosso Estado como Democrático de Direito. Listou em 77 incisos do artigo 5.º os direitos individuais. Estabeleceu a separação de Poderes determinando a harmonia entre eles, mas cada qual com sua função, sem interferência do outro. Elevou ao nível constitucional “a dignidade da pessoa humana”. Por que me detenho nesse tema? Para revelar a disparidade entre a Constituição formal (o que está escrito) e o que se passa no cotidiano do Estado.

Vamos aos fatos atuais. Refiro-me à minha detenção por determinação de um juiz do Rio de Janeiro e aos episódios em que fui inserido.

Sempre vem a indagação: devo tratar dessa matéria apenas em juízo? Ou devo manifestar-me publicamente? Vi e vivi, leitoras e leitores, tantas imprecações, tantas inverdades, tantas ilações, tantas conclusões que partem do “parece que”, “tudo indica que”, “a prova é superficial”... e a imprensa, com legitimidade, reverbera essas questões ditas nos autos dando a impressão de que sou perigoso marginal.

O que se quis foi o espetáculo, violando a liberdade e a dignidade da pessoa humana

E verdade que tenho recebido de pessoas sérias, como editorialistas, colunistas e juristas, entre outros, gestos de apoio e solidariedade. Resumidamente (o mais será feito no Judiciário) explico o que se passa. Veja-se o caso da JBS. Trata-se da trama de um empresário orientado por um procurador da confiança do procurador-geral para que me gravasse, entregasse a gravação e saísse, livre e solto, do País sem nenhuma espécie de punição. Ou seja: “Incrimine o presidente da República que nós te perdoamos por todas as irregularidades que você e seu grupo cometeram”. Criaram frase falsa que não consta da gravação, nem poderia constar, porque nunca existiu. O procurador-geral fez essa versão para o veículo que a divulgou e que depois, ouvido o áudio, foi desmentida por outros meios de comunicação.

Os envolvidos nessa questão sabem disso e não terão condição de me desmentir, ou terão vergonha de fazê-lo depois do que me revelaram. Veja-se o caso da mala. O portador apanhou um táxi e, monitorado como se achava, não foi seguido. Sabem os leitores por quê? Porque a valise estava “chipada” e se esperava que ela viesse a ser entregue a mim, o que nunca aconteceu. Portanto, a mala não veio a mim, retornou com o dinheiro, e ainda assim fui denunciado como autor de um crime que jamais me poderia ter sido imputado. Fala-se que o empresário queria

um benefício do Cade (*Conselho Administrativo de Defesa Econômica*). Não obteve! Estou dando breves exemplos para revelar o despropósito de todas as acusações. Aliás, o tal empresário e seus cúmplices foram presos em razão de gravação que equivocadamente mandaram à Procuradoria.

Não tendo sucesso nessa estratégia suja, procuraram outros argumentos: quadrilhão, jantar com diretor da Odebrecht, decreto dos portos, contrato da Alumi com uma empresa... Como se tudo o que empresas fizeram, uma delas com 30 anos de existência, fosse em meu benefício. Mas o exagero maior deu-se nos últimos dias. Num caso que estava no STF (*Supremo Tribunal Federal*), pendentes de julgamento três recursos interpostos pelos meus advogados, copiaram-se peças e a partir delas formouse representação fantasiosa, que tratou de objeto de vários outros procedimentos, decretando-se minha prisão preventiva. Nem mesmo se instaurou um inquérito ou investigação pelo MPF (*Ministério Público Federal*): um “catado” de alguns inquéritos foi pretexto para prisão ilegal, numa evidente manifestação de arbitrariedade.

O que se quis foi o espetáculo e foi o que se viu, em clara violação da liberdade e da dignidade da pessoa humana. Pessoas que não se honram imaginam ser normal a desonra. Foi o que fizeram com a arbitrária prisão. Ao ser liberado por habeas corpus, os procuradores cuidaram velozmente de apresentar denúncia. E depois convocaram coletiva para divulgá-la, como haviam feito no dia da prisão, quando tiveram a desfaçatez de dizer que eu devia mesmo ser encarcerado como resultado de uma vida toda dedicada ao crime. 7

CONTINUA

04 ABR 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Mais um espetáculo circense, pois o correto é falar nos autos. Mas eles querem ganhar a causa, não promover justiça. Juntam as mesmas questões em todos os inquéritos e processos num insuportável *bis in idem*. Em nenhum caso há materialidade justificadora deles. E agora denunciam, indevidamente, a mim e à minha filha por reforma da casa. Ela já depôs esclarecendo essa matéria. Antes era dinheiro dos portos, depois da JBS, depois da construção de Angra. Esses senhores não sabem o que fazem! Apenas sabem que é preciso, em busca do poder, obter um troféu: a minha cabeça. E é incrível a velocidade do MPF depois do insucesso da medida tentada no Rio de Janeiro.

Não vou me deter neles, pois o farei no Judiciário. O descumprimento das regras jurídicas, especialmente as atinentes aos direitos e garantias individuais, apenas servem para desorganizar a sociedade. Certamente, estes dizeres farão crescer a sanha daqueles que querem incriminar-me (veja-se a velocidade que imprimem aos casos em que mencionam o meu nome). Esta manifestação é para conhecimento dos milhares que me conhecem e me apoiam. Mais ainda, para preservar a ordem jurídica e impedir o desmonte do Estado Democrático de Direito. Ela se impõe como resistência, já que não é demais lembrar: “No primeiro dia roubaram a rosa do meu jardim e eu não disse nada...”

●  
ADVOGADO, PROFESSOR DE  
DIREITO CONSTITUCIONAL, FOI  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

04 ABR 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

# Em ofício, Toffoli faz defesa de investigação sobre ameaças ao STF

Documento foi enviado ao relator da ação que questiona a abertura do inquérito; OAB manifesta apoio à Suprema Corte

*Amanda Pupo* / BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, defendeu ontem, em ofício, a abertura do inquérito criminal que apura ataques e ameaças contra a Corte e seus integrantes. O documento foi enviado ao ministro Edson Fachin, relator de ação em que a Rede questiona a investigação. Na semana passada, Fachin pediu informações sobre o inquérito à presidência do STF, a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da República (PGR).

No ofício, Toffoli afirmou que o presidente da Suprema Corte tem a função de instaurar este tipo de investigação, uma vez que foram praticadas infrações contra os ministros, o que gerou ofensa ao próprio tribunal. Toffoli cita artigo do regimento interno do STF, segundo o qual, “ocorrendo infração à lei penal na sede ou dependência do Tribunal, o presidente instaurará inquérito, se envolver autoridade ou pessoa sujeita à sua jurisdição.”

Nas três páginas de manifestação, o presidente da Corte também aproveitou para frisar que o inquérito não investiga apenas ações criminosas “isoladamente praticadas”, mas tam-

bém busca identificar associações de pessoas que tenham como objetivo “perpetrar, de forma sistemática, ilícitos que vão de encontro aos bens jurídicos em questão”.

Toffoli transcreve trecho de um despacho do ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito, em ele descreve que a investigação apura também “o vazamento de informações e documentos sigilosos” e a “existência de esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário e ao Estado de Direito”.

Na ação, a Rede pede, em medida cautelar, que a portaria de instauração do procedimento seja suspensa e, no mérito, que seja considerada inconstitucional. Para os advogados da legenda, o inquérito visa “intimidar” quem eventualmente criticar a postura dos ministros da Corte. O partido compara o inquérito ao Ato Institucional n.º 5, de 1968, que, entre outras medidas, instaurou a censura, proibiu manifestações políticas e fechou o Congresso.

O ofício foi enviado no mesmo dia em que o STF recebeu entidades da sociedade civil em sessão solene. Na cerimônia, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, leu manifesto subscrito por mais de 160 entidades, em que se afirma serem “inadmissíveis” os discursos “que pregam o ódio, a violência e a desarmonia na sociedade e contra o Supremo”.

# BEMPARANÁ 04 ABR 2019

## Polícia espera a apresentação de diretora de escola suspeita de agressão a alunos

A diretora da escola particular, localizada no bairro Água Verde, em Curitiba, deve se apresentar para prestar esclarecimentos sobre a suspeita de agressão a crianças. A confirmação foi feita por policiais do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente (Nucria) que investiga uma denúncia feita por professores que trabalham na instituição.

Até o momento 15 testemunhas já foram ouvidas. As oitivas continuam. A informação de que a suspeita vai se apresentar foi dada por advogados aos policiais. A delegacia, no entanto, não vai divulgar a data e o horário da apresentação, prevenindo uma reação popular.

Segundo informações da Polícia Civil, um boletim de ocorrência foi registrado na se-

gunda-feira. Segundo informações apuradas pela reportagem do Bem Paraná, a denúncia teria partido de três professoras e confirmada por pais. A polícia já estaria com vídeos que comprovariam as agressões.

Ontem, a defesa da diretora emitiu uma nota sobre a investigação da polícia. "A denúncia não define a conduta e a atuação da escola, a qualidade de seu histórico, nem a credibilidade de toda a equipe de profissionais que nela ou com ela trabalham. Os responsáveis pela escola estão à disposição das autoridades públicas para prestar todos os esclarecimentos necessários e se dedicam para, acima de tudo, preservar os alunos e conceder segurança no relacionamento com os pais e prestadores de serviços envolvidos com a instituição.

### Demissão

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) demitiu ontem o servidor comissionado Pablo Granemann, que se tornou réu na Operação Quadro Negro nesta semana por suposta participação em organização criminosa e repasse de propina ao ex-governador Beto Richa (PSDB). No TCE, Granemann estava lotado no gabinete do conselheiro Fernando Guimarães.

### Internas

Em nota, o Tribunal afirma que a prisão não tem qualquer relação com o cargo ocupado pelo investigado. De acordo com o TC, o comissionado executava tarefas administrativas internas no gabinete. A exoneração foi assinada ontem pelo presidente do TC, Nestor Batista. Granemann ocupava a função de assessor de conselheiro I, em um cargo D.A.S. 5, com salário de R\$ 13 mil reais. Preso na sexta-feira, Granemann foi motorista do primo de Beto Richa, Luiz Abi Antoun, que também é réu na ação, mas está no Líbano, alegando problemas de saúde.

### Sinecuras

Um vereador de Araucária (região metropolitana de Curitiba), Francisco Carlos Cabrini (PP), foi preso preventivamente ontem logo após ser interrogado em juízo na ação penal referente à primeira fase da Operação Sinecuras, intitulada "Mensalinho", que apura a existência de um esquema de corrupção institucionalizada na administração pública municipal. O esquema teria vigorado de 2013 a 2016 e consistia no pagamento mensal de propina feito pelo Executivo aos vereadores. A prisão ocorreu após o Ministério Público apontar que o vereador teria tentado influenciar o depoimento de uma das testemunhas, que relatou o fato em juízo.

04 ABR 2019

# BEMPARANÁ

## Ato defende STF contra ataques

Em manifesto lido da tribuna do Supremo Tribunal Federal Tribunal (STF) em nome de mais de 160 entidades ontem o presidente nacional da Ordem dos Advogados (CFOAB), Felipe Santa Cruz, repudiou os ataques sofridos pela Suprema Corte, afirmando serem "inadmissíveis" os "discursos que pregam o ódio, a violência e a desarmonia na sociedade e contra o Supremo Tribunal Federal". O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM) participou da sessão.

Santa Cruz afirmou que a sociedade civil não aceita "milícias virtuais" e violência que busquem "calar ministros do Supremo". O presidente da OAB falou ainda que quando um juiz se vir cercado de "ódio e intransigência", aí se "dirá que a democracia está em risco".

O ato soma mais uma reação aos ataques contra a Corte que, inclusive, ensejaram a abertura de um inquérito criminal pelo presidente do STF, ministro Dias Toffoli.

04 ABR 2019

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **É preciso ser firme na defesa do Supremo, diz Toffoli em ato solene**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, agradeceu ontem o manifesto entregue por 160 entidades representativas da sociedade civil em defesa da Corte e afirmou que é preciso ser firme na defesa do Supremo Tribunal Federal.

“Ao fazermos isso, estamos defendendo a própria democracia, a liberdade e os direitos fundamentais. A sociedade civil organizada tem exercido historicamente esse papel crucial”, disse Toffoli durante a sessão solene à qual compareceu o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

“A mesma sociedade civil que lutou na campanha das Diretas, Já e que atuou ativamente na Constituinte de 1987/1988, fazendo seus anseios ecoarem na Carta Cidadã [como ficou conhecida a Constituição de 1988], é a que hoje entrega esse manifesto em defesa do Supremo Tribunal Federal: uma sociedade civil comprometida com o fortalecimento da democracia, com a defesa dos direitos e com o progresso social”, acrescentou Toffoli.

## Morte de Daniel. Réus serão ouvidos amanhã

O sete réus no processo da morte do jogador Daniel Corrêa Freitas serão ouvidos amanhã no Fórum de São José dos Pinhais. A segunda fase da audiência de instrução do processo começou na segunda-feira e a juíza Luciani Regina Martins de Paula ouviu 75 testemunhas indicadas pelas defesas dos réus (dois foram dispensados).

Ontem foi ouvida Doralice Ferreira dos Santos, mãe do assassino confesso do jogador, o comerciante Edison Brittes Júnior. Ela disse que depende financeiramente de Edison e que emprestou dinheiro para o jogador – no ano passado, uma emissora de TV revelou que ela havia processado o filho. Doralice afirmou em juízo que fez as pazes com Edison. O apresentador do programa também foi ouvido.

Após a audiência, a juíza vai definir se os sete réus serão julgados pelos crimes que foram denunciados e se eles irão a Júri Popular. Daniel foi morto no dia 27 de outubro do ano passado.

⊗ METRO CURITIBA

## Lava Jato. Empresário se apresenta em Curitiba

O empresário Mário Seabra Suarez se apresentou ontem na Superintendência da Polícia Federal do Paraná, em Curitiba, após ter a prisão decretada pelo juiz Luiz Antônio Bonat, da 13ª Vara Federal de Curitiba. Ele teve a prisão decretada em novembro de 2018, mas obteve um habeas corpus no mês seguinte no Superior Tribunal de Justiça, tornado sem efeito no dia 27 de março. Suarez foi sócio da Mendes Pinto Engenharia, contratada para fazer a obra da sede da Petrobras em Salvador. Segundo o Ministério Público Federal, a obra foi superfaturada em R\$ 1,3 bilhão. Ao portal G1, a defesa dele disse que a prisão é desnecessária. ⊗ METRO CURITIBA

## Feminicídio. Advogado se entrega depois de 24 horas

O advogado Paulo de Carvalho Souza, de 42 anos, que atuava em Maringá e em Santa Catarina, se entregou à polícia no início da noite ontem após ficar mais de 24 horas ameaçando se jogar do 7º andar do prédio em que morava em Balneário Camboriú-SC. Ele é suspeito de ter matado a namorada, a também advogada Lucimara Stasiak, 30 anos.

A polícia catarinense suspeita que Lucimara tenha sido assassinada a facadas na quinta-feira passada, após uma discussão do casal. Os vizinhos desconfiaram do crime ao perceberem o advogado entrando no prédio com vários sacos de gelo, que seriam usados para preservar o corpo.

Na negociação, Souza disse à polícia ter matado a namorada a facadas e se trancou na sacada do imóvel. A polícia negociava sua rendição desde as 18h de terça-feira.

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Motorista exonerado

O Tribunal de Contas do Paraná exonerou o servidor comissionado Pablo Granemann, que se tornou réu na Operação Quadro Negro nesta semana por suposta participação em organização criminosa e repasse de propina ao ex-governador Beto Richa (PSDB). No Tribunal de Contas, Granemann estava lotado no gabinete do conselheiro Fernando Guimarães. Em nota, o Tribunal afirma que a prisão não tem qualquer relação com o cargo ocupado pelo investigado.